Espaço Discente

DAS AÇÕES PREFERENCIAIS SEM VOTO E A SUA INCLUSÃO EM OFERTA PÚBLICA DE ALIENAÇÃO DO CONTROLE DA COMPANHIA

JAIRO JACINTO DE MORAES

1. *Introdução.* 2. *Conceito.* 3. *O sobrevalor do poder de controle na sociedade anônima.* 4. *Emenda Lehman.* 5. *Da Lei Kandir-Hauly (Lei 9.457/1997).* 6. *Do "tag along" na Lei 10.303/2001.* 7. *Conclusão.* 8. *Bibliografia.*

1. Introdução

No Brasil uma das fragilidades da Lei das Sociedades por Ações, que sempre assombraram o mercado de capitais, foi a falta de proteção aos acionistas minoritários, que se sentiam inseguros em virtude da pouca transparência nas informações da Companhia ou quanto ao retorno do investimento, razão pela qual as ações das sociedades anônimas muitas vezes são lançadas com valores inferiores àqueles que suas condições econômicas permitem.¹

O legislador pátrio, no intuito de amenizar tal distorção e com o objetivo de fomentar o Mercado de Capitais, diminuindo o grau de incerteza e de desconfiança que predominava na relação entre as sociedades anônimas e seus acionistas, criou a Lei 10.303/2001 que alterou a Lei das Sociedades por Ações.² Acreditava o legislador que

a melhor forma de fortalecer o mercado de capitais seria dando proteção efetiva aos investidores, em especial aos minoritários. Com esta finalidade, a nova Lei das Sociedades por Ações, após as modificações perpetradas pela Lei 10.303/2001, ampliou a proteção dos investidores.

Destaca-se que a partir da Lei 10.303/2001, também, foram atribuídos novos poderes à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que passou a ter *status* de agência reguladora e ficou dotada de autoridade administrativa independente, com autonomia financeira e orçamentária, como, ainda, seus dirigentes passaram a ter mandato fixo de cinco anos.³

3. Lei 6.385/1976, art. 5º: "É instituída a Comissão de Valores Mobiliários, entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária". (NR: art. alterado. Redação dada pela Medida Provisória 8, de 31.10.2001. Redação atual dada pela Lei 10.411, de 26.2.2002)

"Art. 6º. A Comissão de Valores Mobiliários será administrada por um Presidente e quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República, de-

1. Norma Parente, "Principais inovações introduzidas pela Lei 10.303, de 31 de outubro de 2001, à Lei de Sociedades por Ações", in Jorge Lobo (coord.), *Reforma da Lei das Sociedades Anônimas*, p. 11.

2. Antonio Kandir, "A nova CVM e a modernização da Lei das S/A", in Jorge Lobo (coord.), *Reforma...*, cit., p. 7.

A mais significativa modificação perpetrada pela Lei 10.303/2001 foi a concessão de mais direitos aos sócios minoritários. A relevante inovação foi o direito assegurado aos minoritários de receberem por sua ação preço equivalente a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, no caso de venda do controle da companhia. Esse direito concedido ao minoritário é conhecido como *tag along*.

A Lei 10.303/2001 trouxe outras importantes inovações, como: (i) os sócios preferencialistas e minoritários poderão, cada um deles, segundo determinados critérios, eleger e destituir um membro do con-

pois de aprovados pelo Senado Federal, dentre pessoas de ilibada reputação e reconhecida competência em matéria de mercado de capitais” (Art. alterado. *Redação atual dada pela MP 8, de 31.10.2001. Redação atual dada pela Lei 10.411, de 26.2.2002*)

“§ 1º. O mandato dos dirigentes da Comissão será de cinco anos, vedada a recondução, devendo ser renovado a cada ano um quinto dos membros do Colegiado.

“§ 2º. Os dirigentes da Comissão somente perderão o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar.

“§ 3º. Sem prejuízo do que prevêem a lei penal e a lei de improbidade administrativa, será causa da perda do mandato a inobservância, pelo Presidente ou Diretor, dos deveres e das proibições inerentes ao cargo.

“§ 4º. Cabe ao Ministro de Estado da Fazenda instaurar o processo administrativo disciplinar, que será conduzido por comissão especial, competindo ao Presidente da República determinar o afastamento preventivo, quando for o caso, e proferir o julgamento.

“§ 5º. No caso de renúncia, morte ou perda de mandato do Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, assumirá o Diretor mais antigo ou o mais idoso, nessa ordem, até nova nomeação, sem prejuízo de suas atribuições. (*Parágrafo acrescentado. Redação atual dada pela MP 8, de 31.10.2001. Redação atual dada pela Lei 10.411, de 26.2.2002*)

“§ 6º. No caso de renúncia, morte ou perda de mandato de Diretor, proceder-se-á à nova nomeação pela forma disposta nesta Lei, para completar o mandato do substituído.” (NR: *parágrafo acrescentado. Redação atual dada pela MP 8, de 31.10.2001. Redação atual dada pela Lei 10.411, de 26.2.2002*)

selho de administração,⁴ (ii) as ações preferenciais terão vantagens efetivas na hora da distribuição de dividendos e na oferta pública de alienação de controle da companhia,⁵ (iii) para as novas companhias abertas, o número de ações sem direito a voto não poderá ultrapassar 50% do total dos papéis emitidos.⁶ Disputas entre companhia e acionistas ou entre controlador ou minoritários poderão ser solucionadas por meio da arbitragem de órgão especificado em estatuto.⁷

A lei, ainda, buscou proteger as informações privilegiadas com relação à companhia, dessa forma, qualquer pessoa que tenha acesso a tais informações e venha manipular o mercado por meio do seu uso indevido ou pelo exercício irregular de atividade no mercado de valores mobiliários,⁸

4. Lei 10.303/2001, art. 141, § 4º: “Terão direito de eleger e destituir um membro e seu suplente do conselho de administração, em votação em separado na assembléia-geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares, respectivamente: (I) de ações de emissão de companhia aberta com direito a voto, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto; e (II) de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito de emissão de companhia aberta, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, que não houverem exercido o direito previsto no estatuto, em conformidade com o art. 18”.

5. Lei 10.303/2001, art. 17: “As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir: (...) (II) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; ou (III) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no art. 254-A, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias”.

6. Lei 10.303/2001, art. 15, § 2º: “O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas”. (NR)

7. Lei 10.303/2001, art. 109, § 3º: “O estatuto da sociedade pode estabelecer que as divergências entre os acionistas e a companhia, ou entre os acionistas controladores e os acionistas minoritários, poderão ser solucionadas mediante arbitragem, nos termos em que especificar”. (NR)

8. Lei 10.303/2001, art. 155, § 4º: “É vedada a utilização de informação relevante ainda não divul-

responderá por tais atos, o que representa importante medida de dissuasão e repressão aos ilícitos dessa natureza, extremamente prejudiciais ao regular funcionamento do mercado de capitais.

Pode-se afirmar que com a vigência da Lei 10.303/2001 passou a existir uma maior transparência na gestão das sociedades anônimas, conhecida como governança corporativa,⁹ na qual os acionistas controladores introduzem um sistema de controle da administração da sociedade. Tal sistema de proteção aos acionistas teve origem nos Estados Unidos e surgiu com a conscientização dos direitos dos minoritários.¹⁰ O conselho de administração representa peça fundamental nesse processo de monitoramento da empresa.

E no que diz respeito ao controle das sociedades anônimas no Brasil, passa-se a observar que ele começa a deixar de ser familiar e estatal para tornar-se compartilhado. Significa que quem controla não permanece necessariamente na gestão, existe assim uma separação entre o controle de capital e a gestão.

Um ponto que deve ser analisado na Lei 10.303/2001 é o seu art. 17, § 1º, que dispôs que além da prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo ou no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele, as ações preferenciais sem direito a voto ou com restrição ao exercício deste direito,

gada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, no mercado de valores mobiliários". (NR)

9. Norma Parente, "Principais inovações...", cit., in Jorge Lobo (coord.), *Reforma...*, cit., p. 12.

10. Referindo-se também à proteção dos minoritários Marlon Tomazette destaca que é também bastante atual esta preocupação nos Estados Unidos, afirmando: "dentro dessa linha de interpretação, a qual acreditamos ser a mais adequada, acompanha-se a mais recente linha de jurisprudência e doutrina americanas que facilita as negociações de controle, tendo em vista a tendência econômica mundial, mas não se esquece de defender os interesses dos minoritários, reforçando os deveres dos controladores, a fim de evitar abusos e fraudes" (*Direito Societário*, p. 413).

somente serão admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários se a elas forem atribuídas pelo menos uma das seguintes preferências ou vantagens: (I) — direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente a, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com o seguinte critério: *a*) prioridade no recebimento dos dividendos mencionados neste inciso correspondente a, no mínimo, 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação; e *b*) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com a alínea *a*; ou (II) — direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; ou (III) — direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no art. 254-A da Lei 10.303/2001, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

O art. 17 da Lei 6.404/1976 determina que o estatuto das companhias abertas deverá estabelecer pelo menos um dos três tipos de privilégio acima mencionados, para que suas ações preferenciais emitidas possam ser negociadas no Mercado de Valores Mobiliários. Essa imposição desperta a atenção, pois algumas companhias de capital aberto retiraram o dividendo maior das ações preferenciais em troca do direito ao *tag along*, conforme permissivo do art. 17 da Lei 6.404/1976, o que nos leva a questionar sobre a validade desse ato.

2. Conceito

Vindo a ocorrer a venda do controle da companhia, ficam assegurados aos sócios minoritários o recebimento pelas suas ações com direito a voto, preço equivalente a no mínimo, 80% (oitenta por cento) por

ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, este instituto jurídico é conhecido como o *tag along*. Essa norma foi esculpida no art. 254-A da Lei 6.404/1976, aumentando dessa forma a proteção dos investidores e fortalecendo o mercado de capitais.

O *tag along*, também, evita possíveis abusos do controlador contra os minoritários, neste sentido Marlon Tomazette¹¹ afirma: “ao reconhecer a possibilidade um preço inferior na oferta para os minoritários, a lei reconhece ainda que timidamente que o poder de controle não é um bem pertencente a todos os acionistas, mas apenas ao controlador. Apenas quando o prêmio pago, denotar um certo abuso, é que deverá ser estendido aos minoritários. O controle da companhia pertence ao acionista controlador exclusivamente, e por isso, deveria caber apenas ao mesmo o prêmio decorrente da alienação do controle da sociedade aberta. Tal fato, todavia, não impede a proteção dos minoritários, nos casos de abuso do controlador, uma vez que o poder de controle deve ser exercido tendo em vista os fins sociais da empresa”.

3. O sobrevalor do poder de controle na sociedade anônima

Preceitua Fábio Konder Comparato¹² que “não há sociedade sem poder e sem organização do poder”, assim, o exercício do controle representa o poder de direção mais geral da empresa ou empresas, ensejando uma situação especialíssima, rica de conseqüências e efeitos.¹³

O poder de controle, representado pelo direito do acionista controlador dispor de bens alheios como se proprietário fosse, com os atributos inerentes ao domínio, inclusive o *jus abutendi*, dirigir as atividades

sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, detêm um sobrevalor econômico identificável quando da sua alienação.

4. Emenda Lehman

Antes da promulgação da Lei 6.404/1976, esse sobrevalor, inerente ao poder de controle acionário, era auferido apenas pelo titular do poder de controle, fato que, por muitas vezes, gerava abuso por parte do controlador.

A troca do controle nas sociedades anônimas sempre foi um dos pontos mais conturbados da Lei 6.404/1976. Na década de 1970, o direito ao prêmio pelo controle no caso de venda de uma empresa provocava enormes polêmicas, razão pela qual durante a tramitação da Lei das Sociedades por Ações, o Senador arenista Otto Cyrillo Lehman propôs uma emenda que reduziu no art. 254, com a seguinte redação:

Art. 254. A alienação do controle da companhia aberta dependerá de prévia autorização da Comissão de Valores Imobiliários.

§ 1º. A Comissão de Valores Mobiliários deve zelar para que seja assegurado tratamento igualitário aos acionistas minoritários, mediante simultânea oferta pública para aquisição de ações.

§ 2º. Se o número de ações ofertadas, incluindo as dos controladores ou majoritários, ultrapassar o máximo previsto na oferta, será obrigatório o rateio, na forma prevista no instrumento da oferta pública.

§ 3º. Compete ao Conselho Monetário Nacional estabelecer normas a serem observadas na oferta pública relativa à alienação do controle de companhia aberta.

Nota-se pelo artigo supra, que a finalidade era garantir aos acionistas minoritários tratamento igualitário ao do alienante do controle da companhia. A famosa “Emenda Lehman” como era chamada, determinava que o novo controlador deveria fazer uma oferta pública pelos papéis dos

11. *Direito Societário*, cit., p. 415.

12. Fábio Konder Comparato, *O Poder de Controle na Sociedade Anônima*.

13. Waldirio Bulgarelli, *Manual das Sociedades Anônimas*, 12ª ed.

minoritários pelo mesmo valor que fora negociado o controle.

Naquela época o Conselho Monetário Nacional (CMN) através da Resolução 401, de 1976, criada para complementar a lei, acabou restringindo a abrangência do artigo, pois somente os detentores de ações ordinárias, com direito a voto, poderiam usufruir do tratamento igualitário na oferta pública, o que gerou várias críticas.

5. Da Lei Kandir-Haully (Lei 9.457/1997)

Com a intenção de viabilizar o processo de privatização das estatais brasileiras, em 1997, um projeto do Deputado Federal Antonio Kandir resultou em alteração da Lei 6.404/1976, pois, do jeito que estava, a lei iria encarecer a venda das companhias, pois os novos controladores teriam de fazer a mesma oferta pelos papéis em mercado.

Dessa forma, foi revogado o art. 254 da Lei 6.404/1976 pela Lei 9.457/1997, fato este que foi um verdadeiro retrocesso da legislação brasileira comparada com a legislação alienígena, em especial no Direito Comunitário Europeu, pois verificou-se nítida tendência em sentido contrário, já que os Estados-membros da CEE, de acordo com a sua Décima Terceira Diretiva, em sua versão 1996/1997, devem promulgar normas que, em caso de aquisição do controle de uma companhia, obriguem ao lançamento de uma oferta pública, respeitando, entre outros, o princípio do tratamento igualitário.¹⁴

E diante da revogação do art. 254 da Lei 6.404/1976 pela Lei 9.457/1997, os controladores de companhias abertas passaram a abusar dessa situação em detrimento dos acionistas minoritários.¹⁵

14. Modesto Carvalhosa, *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*, 4^o v., t. II, p. 141.

15. Modesto Carvalhosa e Nelson Eizirik, *A Nova Lei das S/A*, p. 387.

6. Do "tag along" na Lei 10.303/2001

O Deputado Emerson Kapaz, em 1999, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, após examinar os Projetos de Lei 3.115 e 3.519, de 1997, e 1.000, de 1999, sobre a Reforma da Lei das S/A, propôs a "reconstituição com alterações", do art. 254, numerado-o como 254-A, por considerar o dispositivo essencial para proteger os acionistas minoritários, os quais, em regra, destacou o parlamentar, são abandonados à sua própria sorte nos processos de alienação de controle, esclarecendo caber a CVM, no exercício do poder de defender a escorreita aplicação da lei, fiscalizar e exigir que a oferta pública se estenda aos minoritários nas mesmas condições oferecidas ao bloco de controle.¹⁶

E no ano 2000, o Deputado Antonio Kandir apresentou uma nova proposta de modificação da Lei das Sociedades por Ações, na qual ressuscitou o *tag along*, no entanto, a reforma proposta retrocedeu em relação aos direitos dos acionistas minoritários quando comparada ao antigo art. 254 da Lei 6.404/1976 revogado pela Lei 9.457/1997 e aquele proposto pelo Deputado Emerson Kapaz em 1990, que previa o tratamento igualitário na alienação do controle, entre o controlador e os acionistas minoritários.

A redação final do art. 254-A, incluído na Lei 6.404/1976 pela Lei 10.303/2001, foi a seguinte:

Art. 254-A. A alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da companhia, de modo a lhes assegurar o preço no mínimo igual a 80% (oi-

16. Jorge Lobo, "Interpretação realista da alienação de controle de companhia aberta", *RDM* 123/12, ano XL, 2001.

tenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

§ 2º. Entende-se como alienação de controle a transferência, de forma direta ou indireta, de ações integrantes do bloco de controle, de ações vinculadas a acordos de acionistas e de valores mobiliários conversíveis em ações com direito a voto, cessão de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venham a resultar na alienação de controle acionário da sociedade.

§ 2º. A Comissão de Valores Mobiliários autorizará a alienação de controle de que trata o *caput*, desde que verificado que as condições da oferta pública atendem aos requisitos legais.

§ 3º. Compete à Comissão de Valores Mobiliários estabelecer normas a serem observadas na oferta pública de que trata o *caput*.

§ 4º. O adquirente do controle acionário de companhia aberta poderá oferecer aos acionistas minoritários a opção de permanecer na companhia, mediante o pagamento de um prêmio equivalente à diferença entre o valor de mercado das ações e o valor pago por ação integrante do bloco de controle.

§ 5º. (*vetado*).

Nos termos da legislação verifica-se a obrigatoriedade da oferta pública quando da alienação do controle acionário de companhia aberta, de modo a lhes assegurar ao acionista minoritário o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

7. Conclusão

Como demonstrado, o *tag along* é o direito ao prêmio de controle, estendido aos acionistas minoritários portadores de ações com direito a voto, que na legislação brasileira é fixada no preço mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Com relação ao art. 17 da Lei 6.404/1976 alterado pela Lei 10.303/2001, que passou a permitir que as companhias adotem, quanto às vantagens e preferências conferidas a suas ações preferenciais sem voto, um dividendo pelo menos igual ao concedido às ações ordinárias, cumulativamente com o direito de essas ações preferenciais serem incluídas em oferta pública de alienação do controle da companhia (*tag along*), na verdade não garante às ações preferenciais nenhuma vantagem ou preferência.¹⁷

Essa “vantagem”, consistente no direito dos preferencialistas de participarem da oferta pública de alienação de controle da companhia é totalmente inefetiva. Ora, esse direito para ser exercido dependerá da oferta pública de alienação de controle, o que é incerto, pois depende de evento futuro que pode jamais concretizar,¹⁸ assim não haveria qualquer vantagem aos acionistas portadores de tais ações preferenciais.

Essa prática, segundo Norma Parente, vem contra os princípios das ações preferenciais, que é conceder uma vantagem às ações privadas do direito a voto admitidas à negociação em mercado de valores mobiliários, pois retiraria o direito ao dividendo maior em troca de uma “vantagem” financeira na alienação do controle da sociedade, fato que transformaria a ação preferencial em uma ação ordinária, só que sem direito de voto.¹⁹ Assim, essa suposta “vantagem” para as ações preferenciais é ineficaz e contraria ao seu s princípios, podendo vir a ser combatida judicialmente.

Por fim, cabe registrar que a previsão legal do *tag along* para as ações com direito a voto da sociedade anônima de capital

17. Modesto Carvalhosa, *Comentários...*, cit., 4º v., t. II, p. 96.

18. Modesto Carvalhosa e Nelson Eizirik, *A Nova Lei das S/A*, p. 96.

19. Daniela Camba, “Acionistas podem contestar perda de dividendo das PN por *tag along*”, *Valor Econômico — Finanças*, Rio de Janeiro, 27.5.2003.

aberto, previsto na Lei das Sociedades por Ações Brasileira, apesar de ainda modesta, foi um importante avanço e acompanha o curso das modernas legislações alienígenas de direito acionário.

8. Bibliografia

BERTOLDI, Marcelo M. (coord.). *Reforma da Lei das Sociedades Anônimas: Comentários à Lei 10.303, de 31.10.2001*. São Paulo, Ed. RT, 2002.

BONFIM, Viana. *Situação Jurídica do Acionista: Direito Alemão*. Brasília, Brasília Jurídica, 2002.

BULGARELLI, Waldirio. *Manual das Sociedades Anônimas*. São Paulo, Atlas, 2001.

_____ (coord.). *Reforma da Lei das Sociedades por Ações: Lei 6.404/1976 e Lei 6.385/1976, ambas alteradas pela Lei 9.457, de 5.5.1997*. São Paulo, Pioneira, 1998.

CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. 4ª v., t. II. São Paulo, Saraiva, 2003.

_____ e EIZIRIK, Nelson. *A Nova Lei das S/A*. São Paulo, Saraiva, 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. *O Poder de Controle na Sociedade Anônima*. São Paulo, Ed. RT, 1975.

LOBO, Jorge (coord.). *Reforma da Lei das Sociedades Anônimas. A Nova CVM e a Modernização da Lei das S/A*. Rio de Janeiro, Forense, 2002.

TOMAZETTE, Marlon. *Direito Societário*. São Paulo, Juarez de Oliveira, 2003.

DO PRÊMIO A PERCENTUAL PREVIAMENTE ESTABELECIDO — ADMISSIBILIDADE — INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 54 DO CDC, 51 E 422 A 424 DO CC (DE 2002)

Comentários de
PAULA SALVADOR FROSTINI

Impressão | 251.28-6. © C. — B. do IFTAC/SP

Evento típico? Seguro de acidente de veicúlo. Cláusula de "perfil". Falta de observância dos limites, que ocorreu durante o trânsito do veículo. Excluda a indenização por danos materiais em situações que não configuram agravamento do risco. Validade da cláusula que estabelece o valor máximo da indenização. O contrato de seguro é contrato de adesão e, portanto, as cláusulas limitativas de direitos são nulas, se não estiverem claras e em destaque, na forma do art. 54 do CDC, e do art. 51, bem como os arts. 422 a 424 do CC em vigor. É importante os segurados a "tribuna de perfil" que exige determinadas situações como excludentes de indenização, se tais situações não

são ontologicamente situações que configurem agravamento de risco. No contrato de seguro, pode ser estabelecido que o valor máximo da indenização será de 92,4% do valor do veículo, pois tal limitação propicia o pagamento de um prêmio menor em percentagem correspondente, neste ponto dando-se preferência ao recurso. Previsão parcial à apelação.

ACÓRDÃO

Votos relatados e dissídis sobre estes autos de Apelação 1.351.999-6, de Comarca de São Paulo, sendo o relator Paulo Sérgio Cia. de Seguros Gerais e apalado Geraldo Martins de Melo.